

Willian Douglas Guilherme  
(Organizador)



# História:

*Tempo & Argumento 2*

  
Atena  
Editora  
Ano 2022

Willian Douglas Guilherme  
(Organizador)



# História:

*Tempo & Argumento 2*

**Atena**  
Editora  
Ano 2022

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial****Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



## História: tempo & argumento 2

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Yaidy Paola Martinez  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizador:** Willian Douglas Guilherme

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H673 História: tempo & argumento 2 / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0474-3

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.743222707>

1. História. I. Guilherme, Willian Douglas (Organizador).  
II. Título.

CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br



**Atena**  
Editora  
Ano 2022

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



## APRESENTAÇÃO

O e-book “História Tempo & Argumento 2” dá continuidade ao primeiro volume, e mantém a pegada inovadora dos artigos.

No contexto da Guerra dos Emboabas, Silva Pinto analisa a o líder dos forasteiros Manuel Nunes Viana, eleito “Governador das Minas” em dezembro de 1708. O autor registra uma visão crítica e bem elaborada que merece atenção daqueles que gostam da história do Brasil e quem pesquisa a temática.

Anicheski e Martins analisam o papel da mulher escravizada nos séculos XVIII e XIX, o papel ativo destas mulheres na economia, destacando as “vendedoras ambulantes, quitadeiras, negras de tabuleiro, escravas de ganho”. É um estudo relevante e atual

Bezerra demonstra a importância da Memória Institucional como “ferramenta estratégica de gestão e comunicação organizacional” e como a ausência de um Centro de Memória do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Maranhão. São apontamentos que transcendem o Estado do Maranhão, pois o conceito entorno da preservação da memória institucional pode ser pensado em todo o território brasileiro.

Laroca e Martins trazem uma pesquisa intrigante relacionada a prática de degredo, entre os séculos XVI e XIX, que era a pena aplicada pela Igreja Católica e Estado português para punir criminosos e pecadores banindo-os, ainda que temporariamente, para o além-mar, com destaque àqueles vindos para o Brasil.

O texto de Silva revive os relatos do viajante AIMÉ BONPLAND, que no século XIX transcreveu em seus diários a sua visão da natureza no continente da América do Sul. Em suas viagens Bonpland catalogou diversas espécies de plantas até então desconhecidas da sociedade europeia. É uma verdadeira viagem no tempo que vale a pena a leitura.

Uma ótima leitura a todos!

Willian Douglas Guilherme

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
MANUEL NUNES VIANA: O “RESTAURADOR” DAS MINAS Thiago da Silva Pinto  <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.7432227071">https://doi.org/10.22533/at.ed.7432227071</a>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>11</b>
MULHERES, ESCRAVIDÃO E RESISTÊNCIA NO BRASIL, SÉCULOS XVIII E XIX Sabrina de Almeida Anicheski Valter Martins  <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.7432227072">https://doi.org/10.22533/at.ed.7432227072</a>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>26</b>
OS INDESEJADOS: DEGREDADO PARA AS TERRAS DO BRASIL, SÉCULOS XVI AO XIX Lucas William Barbosa Laroça Valter Martins  <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.7432227073">https://doi.org/10.22533/at.ed.7432227073</a>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>43</b>
PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DE UM CENTRO DE MEMÓRIA DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO MARANHÃO Diego Alcindo Pereira Bezerra Daiane Araujo Avelino Bezerra  <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.7432227074">https://doi.org/10.22533/at.ed.7432227074</a>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>61</b>
A NATUREZA A PARTIR DOS RELATOS DE VIAGEM DE AIMÉ BONPLAND Alessandra da Silva  <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.7432227075">https://doi.org/10.22533/at.ed.7432227075</a>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>72</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>73</b>

# CAPÍTULO 1

## MANUEL NUNES VIANA: O “RESTAURADOR” DAS MINAS

Data de aceite: 04/07/2022

Thiago da Silva Pinto

<http://lattes.cnpq.br/6373194576295672>

**RESUMO:** O presente ensaio tem como objetivo analisar a eleição do líder dos forasteiros Manuel Nunes Viana como governador das Minas, no contexto da guerra dos emboabas, que ocorreu em data desconhecida do mês de dezembro de 1708, durante o conflito entre paulistas e adventícios. Tal conflito foi marcado pela disputa pelo controle das minas e dos cargos públicos entre os homens do planalto, descobridores do ouro na região e os forasteiros chamados de emboabas pelos paulistas e oriundos de diversas partes do império colonial português e da metrópole.

**PALAVRAS-CHAVE:** Aclamação. Manuel Nunes Viana. Guerra dos Emboabas.

**ABSTRACT:** The present essay aims to analyze the election of the outsider leader Manuel Nunes Viana as governor of Minas, in the context of the Emboaba war, which took place on an unknown date in December 1708, during the conflict between Paulistas and Adventícios. This conflict was marked by the dispute for control of the mines and public offices between the men of the plateau, discoverers of gold in the region and the outsiders called emboabas by the paulistas and coming from different parts of the Portuguese colonial empire and the metropolis.

**KEYWORDS:** Acclamation. Manuel Nunes Viana.

War of the Emboabas.

### A ORIGEM “POPULAR” DO PODER RÉGIO

O estudo das revoltas se caracteriza como uma excelente ferramenta para compreender a diversidade da relação entre os súditos da América portuguesa e o poder central, no caso o rei, segundo Monteiro (2002). Dessa maneira, o autor chama a atenção para a imprescindibilidade das especificidades locais, para assim não cairmos no erro de modelos generalizantes, uma vez que cada localidade era possuidora de uma dinâmica social e política própria. Contudo, no contexto da restauração portuguesa, é possível observar a presença de um elemento agregador que veio a exercer grande influência nas revoltas que tiveram lugar no império colonial português, a defesa da tese da origem popular do poder régio.

Dentre as várias correntes filosóficas que circulavam na Europa, a que ganhou mais força em Portugal foi a da Segunda escolástica, baseada no pensamento de Tomás de Aquino: “[...] Só a tese da origem popular do poder régio poderia, com efeito, justificar a deposição de Filipe IV – considerado tirano pelo direito e pela actuação – e a eleição de D. João IV [...]” (TORGAL, 1982, p. 24). Nesse contexto, diversas obras foram produzidas a fim de justificar o episódio da aclamação, e a que ganhou maior notoriedade foi *A Justa Aclamação*, de autoria

de Francisco Velasco de Gouveia (TORGAL, 1982).

Em sua obra, Francisco Velasco de Gouveia se opõe às teses romanistas radicais que advogavam pelo direito do papa de intervir em questões acerca do poder temporal, o que lhe daria o privilégio de decidir se um movimento que objetivava depor um rei era ou não legítimo. Indo de encontro ao pensamento de Francisco Suárez, ele se propõe a “[...] traçar uma linha de divisão entre a esfera temporal e a esfera espiritual, embora numa ordem teológica entenda que esta última supera e explica aquela [...]” (TORGAL, 1982, p. 25)<sup>1</sup>.

Velasco Gouveia defende, como os escolásticos, a ideia de que “o poder político pertence, pois, ao domínio do direito natural, [...] um atributo humano, natural ao homem, [...] que reside absolutamente em Deus e dele deriva imediatamente para a comunidade [...]” (TORGAL, 1982, p. 26). Essa comunidade o transfere para o governante na ocasião em que é firmado um pacto entre os súditos e o soberano, que se compromete a governar com justiça, respeitando os costumes e as leis do reino (TORGAL, 1982).

(Mas) a transferência do poder do povo para os reis não é total [...] não foi abdicando-se totalmente dele, senão ficando-lhe ao menos in habitu, para o poderem reassumir in actu em certos casos [...] assim, o povo, em circunstâncias determinadas, pode reassumir o poder que naturalmente lhe pertence [...] quando o rei se torna injusto, actuando, pois, contra o mandato que lhe foi cometido (TORGAL, 1982, p. 28).

Tendo em vista essa interpretação, podemos perceber que Velasco de Gouveia retoma uma tese que já fora anteriormente defendida por escolásticos como Suárez, Belarmino e Azpilcueta Navarro. Ou seja, a partir do momento em que lhe é entregue o poder, o rei é totalmente independente em suas ações, agindo de acordo com a maneira que acredita ser a melhor para a manutenção da justiça e do bem-estar dos seus súditos. Entretanto, o povo tem o direito/obrigação de resistir à sua soberania, caso ele venha a governar de forma injusta, tirânica:

Tomás de Aquino distinguia entre o tirano de usurpação e o por exercício. O primeiro não seria mais do que um malfetor que detém um poder sobre o qual não tem nenhum direito, pois que foi tomado pela força. O segundo seria um príncipe legítimo, mas que acabou por fazer pesar sobre os súditos um jugo intolerável (MONTEIRO, 2002, p. 101).

Tal interpretação é incorporada por Velasco de Gouveia em sua obra (TORGAL, 1982). Portanto, para os portugueses, Filipe IV se enquadrava na categoria de um tirano por usurpação. Em contrapartida, os espanhóis também viam D. João IV como um usurpador (MONTEIRO, 2002).

É importante frisar que em nenhum momento o pensamento escolástico é empregado com o objetivo de estabelecer limites ao poder do rei, já que o soberano

---

<sup>1</sup> Essa preponderância do poder espiritual é igualmente devedora do pensamento de Suárez e de outros autores ligados ao escolasticismo.

possuía um conjunto de deveres para com os súditos os quais deveria cumprir. O propósito dos autores partidários da restauração é comprovar que Filipe IV era um rei ilegítimo, um tirano usurpador que não dispunha do direito de governar Portugal (MONTEIRO, 2002).

Dito isso, é preciso salientar que não devemos cair no erro de concluir que a força do escolasticismo em Portugal se deve ao fato de que seria o único pensamento que se adequaria à realidade política lusitana da época (TORGAL, 1982). A força da segunda escolástica na Itália, em território lusitano e na península ibérica em geral, está ligada ao movimento da contrarreforma, que objetivava frear a influência de doutrinas protestantes consideradas heréticas em localidades ligadas à Santa Sé. Sua elevada fermentação nos anos que se seguiram a 1640 em Portugal está associada à necessidade de justificar a ascensão de D. João IV ao trono luso, principalmente no plano internacional, adaptando assim a teoria da origem popular do poder real ao seu contexto político, em contraposição a teorias absolutistas que se encontravam em voga na Europa protestante (TORGAL, 1982).

## **A ACLAMAÇÃO DE MANUEL NUNES VIANA**

O episódio da restauração portuguesa gerou uma grande instabilidade para todo o império colonial português, ocasionando uma série de rebeliões no ultramar fomentadas por diversos motivos e com diversas faces: “motins de soldado, conjura de fidalgos, rebeliões antifiscais, e antijesuíticas” (FIGUEIREDO, 2001, p. 198), que na maioria das vezes resultava na deposição de autoridades locais.

Um traço comum dessas revoltas era a apropriação do pensamento de Manuel Fernandes Vila Real (TORGAL, 1982), que defendia a preservação da figura do rei mediante a reafirmação da lealdade para com o soberano, resguardando-o de qualquer responsabilidade, acusando os governadores de oprimirem os súditos sem o conhecimento ou autorização de Sua Majestade<sup>2</sup>. Dessa maneira, fica evidente que em nenhum momento esses motins e revoltas objetivam desafiar a autoridade do rei. Segundo Figueiredo (2001), tal prática se tornou corriqueira nas possessões portuguesas no ultramar-América, África e Ásia, entre 1640 e 1680 (FIGUEIREDO, 2001). Porém, de acordo com Romeiro (2008)<sup>3</sup>, é possível constatar a presença dessa ideologia em uma revolta ocorrida no alvorecer do Século XVIII, a chamada Guerra dos Emboabas.

## **A GUERRA DOS EMBOABAS**

Manuel Nunes Viana Nasceu em Viena do Castelo, Portugal, em data desconhecida.

2A circulação das ideias da segunda escolástica nas possessões ultramarinas está intimamente ligada ao fato de que era preciso legitimar a revolta contra Filipe IV também nos territórios do além-mar, visto que o rei Habsburgo também havia sido aclamado nessas áreas. Portanto, era preciso justificar a rebelião, e a solução encontrada foi a mesma utilizada no reino, a defesa da origem popular do poder régio.

3 O presente artigo possui grande influência da obra *Paulistas e emboabas no coração das Minas: ideias, práticas e imaginário político no século XVIII* de autoria de Adriana Romeiro. Nela, a autora destaca a influência da ideologia da restauração portuguesa no levante emboaba no coração das minas.

“De origem humilde, emigrou para o Brasil em data não registrada [...] Veio a ser notado pela primeira vez por causa de uma briga de rua, na cidade de Salvador [...]” (BOXER, 1969, p. 87). Por ter matado um de seus adversários durante a contenda, acabou sendo banido da região, mais precisamente para o Rio São Francisco, onde conseguiu enriquecer rapidamente através do contrabando que mantinha com a zona mineradora e onde também exercia a função de procurador dos currais de Dona Isabel Maria, filha de Antônio Guedes Brito (BOXER, 1969).

Após chegar às minas, Manuel Nunes Viana se consolidou rapidamente como um potentado poderoso na região, a quem os forasteiros recorriam quando necessitavam de ajuda para resolução de atritos que frequentemente tinham com os paulistas (BOXER, 1969, p. 87):

Logo no início de outubro de 1708, a aguda tensão entre paulistas e emboabas [...] agravou-se ainda mais, com um novo incidente, dessa vez em Caeté. Uma discussão surgiu entre um emboaba e um paulista, a propósito da posse de uma arma de fogo, tendo o primeiro apelado para Manuel Nunes Viana, pedindo apoio, enquanto o último buscava proteção junto de um paulista ilustre, Jerônimo pedroso. Quando este último insistiu numa satisfação para o seu protegido, Manuel Nunes Viana desfiou-o para um duelo [...]. Jerônimo Pedroso primeiro aceitou o desafio, mas a seguir evitou o encontro com seu adversário, alegando pretextos mais seguros que honrados (BOXER, 1969, p. 87).

Esse incidente acabou por gerar desavenças entre Manuel Nunes Viana e Borba Gato, intendente das minas e parente de Jerônimo Pedroso. O intendente mandou fixar, em 12 de outubro de 1708, na porta da igreja de Caeté, um aviso em que dava um prazo de 24 horas para que Manuel Nunes Viana se retirasse do distrito do Rio das Velhas, acusando-o de perturbar a ordem pública e de sonegar imposto à coroa (BOXER, 1969):

Por quanto me tem chegado a notícia ter entrado nestas minas pela estrada proibida da Bahia o Capitão-Mor Manoel Nunes Viana com pretexto de que vêm a estas com gado, subterfúgio que procura para [...] grande prejuízo que se segue a Fazenda Real todas as vezes que faz jornadas para os currais da Bahia ajuntando e agregando a si todas as pessoas que querem por aquela estrada descaminhar ouro sem pagar quintos a SM [...] ordeno e mando ao Capitão-Mor Manoel Nunes Viana despeje estas Minas em termo de vinte quatro horas com cominação de que não o fazendo se lhe confiscarão os bens e será preso e castigado [...](GOLGHER, 1982, p. 85).

Em contrapartida, Manuel Nunes Viana escreveu no dia seguinte uma carta em que se defendia das acusações, declarando que Borba Gato não possuía autoridade para bani-lo e que sempre procurou apaziguar as contendas entre os dois grupos (BOXER, 1982):

Meu Senhor Tenente-General, hoje que ... tão ... treze do corrente... a notícia de uns editais que Vmce. Mandou por neste Caité e como se asseguram ordenar Vmce. neles despejasse das Minas dentro de vinte e quatro horas [...], Vmce. pela lei não pode impedir a entrada e saída nestas minas nem a pessoa alguma por portugueses e vassallos todos de um Senhor [...] Consta

a outra o dizer Vmce. que sou cabeça de motins o que não depende de negativa pois se sabe o meu viver que faço, estudo de razões para sempre apaziguar como consta o tenho por costume, no Rio De São Francisco donde é minha capitania, conservo o povo com razão e quietação [...] (GOLGHER, 1982, p. 87-88).

Mais adiante, apesar de se dirigir a Borba Gato com um tom respeitoso, Manuel Nunes Viana continua a enfrentar a autoridade régia, acusando-a de tomar partido na contenda, se colocando ao lado dos paulistas. A resposta de Borba Gato foi a fixação de um segundo edital reafirmando os termos do primeiro e acrescentando a ameaça de prisão e confisco dos bens daqueles que oferecessem abrigo a Manuel Nunes Viana. No entanto, tal ameaça não surtiu efeito, e os forasteiros se posicionaram ao lado do seu líder. Essa atitude intimidou o intendente paulista e o levou a organizar um encontro com Manuel Nunes Viana em Caeté, a fim de se reconciliar com o chefe dos adventícios (BOXER, 1982).

O que fica evidente nesse relato é que, ao desafiar Borba Gato, o líder dos adventícios estaria demonstrando que não reconhecia a autoridade do intendente que representava a coroa portuguesa na zona mineradora, e sua atitude de expulsá-lo das minas se configurava um ato de tirania. O estopim para a eclosão do conflito foi o linchamento do paulista José Pardo por uma multidão de forasteiros<sup>4</sup>. Somado a isso, começou a circular um boato de que os paulistas haviam se reunido em assembleia em novembro de 1708 e decidido que no dia 15 de janeiro de 1709 todo adventício que estivesse na região das minas seria assassinado. Tal decisão chegou aos ouvidos dos forasteiros, que temendo por suas vidas, num ato de autodefesa, se dirigiram até a residência de Manuel Nunes Viana e o aclamaram como governador das Minas. Tendo conhecimento do ocorrido, os moradores das vilas de Ouro Preto e Rio das Mortes reconheceram a autoridade do governador e pediram a sua ajuda contra os paulistas (FONSECA, 1932, p. 206-207).

Essa versão do episódio da aclamação de Manuel Nunes Viana citada na obra *Vida do venerável padre Belchior de Pontes* vai de encontro à tese apresentada por Pita (1976, p. 242) de que o evento se caracterizou como uma ação popular: “E juntando-se logo os povos dos três lugares Sabarabuçu, Caeté e Rio das Velhas, caminharam a buscar a Manuel Nunes Viana, e o elegeram por seu governador e de todos os povos das Minas”. No entanto, o Códice Costa Matoso nos apresenta uma versão adversa da de Rocha Pita:

Ajustaram em fazer corpo de gente e vir trazendo até chegar ao Campo destas Minas Gerais, onde chamavam arraial de Cachoeira; e assim o fizeram, trazendo todos os reinóis e os mais não sendo paulistas, e todos vieram de boa vontade. E chegados que foram ao arraial da Cachoeira, onde se juntaram cinco ou seis mil armas, fizeram conselho, os mais poderosos e elegeram seis eleitores para que estes, a votos, fizessem governador que os governasse e, com efeito, nomearam ao dito capitão-mor Manuel Nunes Viana (MATOSO, 1999, p. 98).

---

<sup>4</sup>A eclosão do conflito ocorreu no fim de novembro de 1708. José Pardo, um paulista, foi atacado por uma multidão de forasteiros após seus dois filhos terem matado um português.

Portanto, a aclamação de Manuel Nunes Viana, na verdade, teria se tratado de uma eleição, uma vez que a sua escolha ficou a cargo de um colégio eleitoral composto por seis integrantes. Analisando a carta de Bento do Amaral Coutinho, um dos líderes da revolta, endereçada ao então governador do Rio de Janeiro, D. Fernando de Lancastre, em que ele explica os motivos que levaram os povos das Minas a se rebelarem contra os paulistas, observamos que:

[...] para reparar o clamor deste Povo e rebater a justa indignação destes vassallos até real ordem de S.M.q.D.g. foi necessário e preciso sem presença do Capitão Major Viana como primeiro reparador da liberdade fazer-se um advinto de algumas pessoas de mais consideração e madureza e as vozes do mesmo Povo foi aclamado por todos o Capitão Major Manoel Nunes Viana por seu Governador Geral de todas as minas e principalmente do Rio das Velhas[...] (GOLGHER, 1982, p. 129).

Da mesma forma que ocorreu em 1640, quando a aclamação de D. João IV foi liderada por membros da elite, constatamos que a iniciativa de se eleger um governador realmente partiu de um grupo seleto de forasteiros. No entanto, ela foi igualmente bem recebida pelo povo em ambos os casos.

Apesar de carecer de fundamentação, Diogo de Vasconcelos nos oferece um relato acerca do processo de legitimação de Manuel Nunes Viana como governador, que vem a elucidar as reais intenções dos adventícios: de acordo com a sua narrativa, assim como na ocasião do levantamento do Duque de Bragança, celebrou-se uma missa solene a fim de ratificar a autoridade do governante. Sob o comando do frei Francisco de Meneses, realizou-se uma cerimônia composta por um juramento solene de Manuel Nunes Viana, em que ele se comprometia a governar segundo as leis do reino, e até que a coroa enviasse outro governador, esse fato evidencia que a aclamação não visava a desafiar a autoridade do rei, mas o não reconhecimento da autoridade dos paulistas, personificada na figura de Borba Gato. Em seguida, foi a vez de o povo prestar juramento de fidelidade ao líder dos forasteiros (VASCONCELOS, 1974).

No discurso dos adventícios, o levante contra os homens do planalto objetivava restaurar o poder da coroa na região das minas, “uma forma de restituir o poder régio ameaçado pelas insolências e excessos dos paulistas, [...] (e) na restituição dos vassallos à liberdade, ameaçada pela tirania dos que detinham o poder local” (ROMEIRO, 2008, p. 265).

[...] Estes excessos mal explicados a que não pode chegar pena mais bem ampara para o referir foram motivos que constrangeram a este povo uma rebelião desejada por este meio ver-se livre do cativo em que se viam[...] só clamaram pela sua liberdade, pedindo em vozes altas e alaridas que se elegessem cabos e Ministros que os conservassem em paz e justiça, fazendo –se e pactuando-se entre todos os forasteiros e moradores de Serra Acima uma lei comum e estabelecida para a conservação das suas vidas livres daquelas ruínas, com que sempre atualmente se viam ameaçados e ofendidos pela tirania execranda destes Paulistas tão falta de temor de Deus como de

conhecimento de seu próprio Rei e Senhor esses fatos de obediência como sobrados de régulos, seguindo cada um deles de sua vontade e as direções de seu gosto[...] (GOLGHER, 1982, p. 129).

Na verdade, a intenção dos adventícios era recriar nas minas o contexto da luta dos lusitanos contra Filipe IV, no episódio da restauração portuguesa em 1640, ou seja, os forasteiros afirmavam que o seu objetivo seria restaurar o poder da coroa na zona mineradora que se encontrava nas mãos de um poder local tirânico, e a restauração veio com a aclamação de Manuel Nunes Viana como governador (ROMEIRO, 2008).

Para tal fim, recuperaram o mesmo discurso utilizado pelos portugueses acerca da origem popular do poder político na ocasião da aclamação do Duque de Bragança, indo de encontro ao pensamento de Tomás de Aquino e dos escolásticos, que afirmavam que o povo tem o direito/obrigação de resistir a um governo que estaria exercendo o seu mandato de forma injusta e tirânica (ROMEIRO, 2008). Para os adventícios, a maneira opressora com a qual eram governados pelos paulistas lhes dava o direito de se levantarem contra eles.

Constata-se que, procurando demonstrar que os paulistas governavam de forma tirânica, afirmavam que além de não serem tementes a Deus, os homens do planalto desconheciam o seu próprio rei, levando as suas vidas da maneira que bem entendiam, sem se preocupar em obedecer ao seu soberano (ROMEIRO, 2008). Os adventícios alegavam que os paulistas, “[...] valendo-se dos postos e cargos locais mais importantes, haviam constituído verdadeiros pólos de poder privado à volta do poder que emanava do rei, do qual deveriam ser os mais fiéis representantes [...]” (ROMEIRO, 2008, p. 263). Dessa maneira, para os forasteiros, os homens do planalto estariam usurpando o poder que pertencia a Sua Majestade, o rei de Portugal, e cometendo abusos contra eles, os verdadeiros defensores da coroa.

Sendo assim, os forasteiros não só teriam se levantado contra os paulistas, mas também tomado para si uma prerrogativa que pertencia ao poder régio. E sob o comando de Manuel Nunes Viana, organizaram toda uma estrutura administrativa, criando cargos e escolhendo seus ocupantes, fato que ia contra as normas vigentes em todas as sociedades do Antigo Regime. Procurando se livrar da acusação de crime de lesa-majestade, Manuel Nunes Viana inicialmente recusou o cargo, mas temendo pela sua vida, acabou aceitando assumir o governo, uma clara manobra para se isentar da acusação de ter usurpado o poder que pertencia ao rei (ROMEIRO, 2008).

Insatisfeito, D. Fernando de Lancastre, governador do Rio de Janeiro, se dirigiu à região das Minas com a intenção de punir os revoltosos. Os relatos acerca de sua tentativa de pôr fim ao conflito tendem a ser contraditórios, conforme indica Boxer (1969), mas recuperando novamente a obra de Diogo de Vasconcelos, observamos que a sua chegada não foi bem recebida pelos adventícios:

Aproximando-se dele já noite, Manoel Nunes Viana foi pousar a quem da

colina, que o separava das vistas de D. Fernando. Ora, este ao amanhecer do dia seguinte, apenas abriu a porta da casa, em que dormiu, deu com o que não queria ver nem esperava espetáculo terrível, um exército no alto da colina[...]. Atônito e estupefato, mandou o governador um ajudante perguntando a Manoel Nunes Viana o que aquilo significava, quais eram as suas intenções? A meio morro e logo que o ajudante se aproximou, um brado uníssono atoador, partiu de uma só vez: 'Viva Manoel Nunes Viana, nosso Governador! Morra o Sr. D. Fernando Martins Mascarenhas se não voltar daqui para o Rio'. (GOLGHER, 1982, p. 161).

Ainda que a descrição feita pelo historiador mineiro beire a ficção, ela vem a simbolizar a maneira hostil com a qual o governador foi recebido por Manuel Nunes Viana e seus subordinados, ordenando assim o seu retorno ao Rio de Janeiro, uma vez que, pondo-se ao lado dos paulistas, D. Fernando de Lancastre estaria agindo como um tirano com o propósito de impedir a restauração das Minas, e a maneira pela qual o seu sucessor, D. Antônio de Albuquerque, foi recebido na região, vem a corroborar essa afirmação, apesar do fato de que nesse momento o prestígio de Manuel Nunes Viana se encontrava em decadência perante os adventícios (ROMEIRO, 2008).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a aclamação de Manuel Nunes Viana tenha sido responsável pela criação de um novo cargo, visto que a coroa não havia nomeado nenhum governador para a localidade, ela se configura como uma ação de enfrentamento contra uma autoridade régia, posto que D. Fernando de Lancastre era o encarregado pela administração das minas, mesmo residindo fora da zona mineradora, tanto que o intendente Borba Gato se reportava diretamente a ele no que diz respeito aos assuntos relacionados à localidade.

Coube a D. Antônio de Albuquerque, sucessor de D. Fernando de Lancastre, no governo do Rio de Janeiro, a missão de dar fim ao conflito entre paulistas e forasteiros (BOXER, 1969). Diferentemente do que havia acontecido com o seu antecessor, sua chegada foi bem recebida pelos adventícios, e Manuel Nunes Viana, reconhecendo a sua autoridade, não ofereceu resistência em entregar-lhe o poder, retirando-se para as propriedades do Rio São Francisco, acatando as ordens do novo governador.

A missão de demonstrar ao rei lusitano que o conflito se configurava um embate entre os paulistas indômitos e os reinóis, fiéis à coroa portuguesa, ficou a cargo do frei Francisco de Meneses<sup>5</sup>, que na condição de procurador dos adventícios conseguiu convencer o rei de que os forasteiros eram os defensores da soberania lusitana na região mineradora (ROMEIRO, 2008).

Essa imagem de Manuel Nunes Viana como o restaurador das minas, aquele que reestabeleceu o poder da coroa na zona mineradora, também foi adotada pelo conselho ultramarino, “reconhecendo nele o pacificador que, obrigado a aceitar o governo das Minas,

5 O mesmo frei que teria supostamente celebrado a missa solene na ocasião da aclamação de Manuel Nunes Viana como governador das Minas.

e ‘o mando do exército que se formou contra aqueles povos e pelo castigo das armas, os reduziu à obediência das leis de Sua Majestade’” (ROMEIRO, 2008, p. 269).

Visto isso, conforme bem resumiu Romeiro (2008), a resolução da Guerra dos Emboabas se deu no campo das representações políticas e não no campo de batalha. A vitória dos forasteiros se deve, entre outros fatores, à recuperação da ideologia política utilizada na restauração portuguesa, adequando-a ao contexto da região das minas, afirmando que, diferentemente dos paulistas, eles eram possuidores de uma devota fidelidade à coroa e que o seu objetivo era a defesa dos interesses de Portugal na América. Mais do que um conflito econômico, a Guerra dos Emboabas se configurou um conflito entre concepções políticas distintas.

## REFERÊNCIAS

BOXER, C. R. **A idade de ouro do Brasil**: dores de crescimento de uma sociedade colonial. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.

FIGUEIREDO, Luciano R.A. O Império em apuros: notas para o estudo das alterações ultramarinas no Império Português, séculos XVII e XVIII. *In*: Furtado, J. (Org.). **Diálogos oceânicos**. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2001.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. **O rei no espelho**: a Monarquia portuguesa e a colonização da América, 1640-1720. São Paulo: FAPESP: Hucitec, 2002.

PITA, Sebastião da Rocha. **História da América portuguesa**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.

ROMEIRO, Adriana. **Paulistas e emboabas no coração das Minas**: ideias, práticas e imaginário político no século XVIII. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

TORGAL, Luís Reis. **Ideologia política e teoria do Estado na Restauração**. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1982. 2 v.

TORGAL, Luís Reis. Restauração: breves reflexões sobre a sua historiografia. **Revista de História das Ideias**. Imprensa da Universidade de Coimbra, 1977. 1 v.

VASCONCELOS, Diogo de. História antiga das Minas Gerais. Prefácio de Francisco Iglesias. Introdução de Basílio de Magalhães. 4. Ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974, v.1. apud TAUNAY, Afonso de E. **História das bandeiras paulistas**. [São Paulo], Ed. Melhoramentos, [1953]: Tomo I, p. 271.

### Fontes

Carta de Bento do Amaral Coutinho ao governador do Rio de Janeiro D. Fernando de Lancaster. *In*: GOLGHER, Isaias. **Guerra dos Emboabas**, a primeira guerra civil nas Américas. 2a ed. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura, 1982.

Carta de Manuel Nunes Viana a Borba Gato apud GOLGHER, Isaias. **Guerra dos Emboabas**, a primeira guerra civil nas Américas. 2a ed. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura, 1982.

Carta de padrão de Manuel Nunes Viana. Lisboa, 7 abr. 1727. Revista do Arquivo Público Mineiro, ano II, p. 393-394, 1897. Apud ROMEIRO, Adriana. **Paulistas e emboabas no coração das Minas**: ideias, práticas e imaginário político no século XVIII. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

Códice Costa Matoso: coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749 & vários papéis. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999.

Edital de Borba Gato. *In*: GOLGHER, Isaias. **Guerra dos Emboabas**, a primeira guerra civil nas Américas. 2a ed. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura, 1982.

FONSECA, Manuel da. **Vida do venerável Padre Belchior de Pontes**, da companhia de Jesus da província do Brasil. Composta pelo Padre Manoel da Fonseca da mesma companhia... São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, [1932?].

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Aclamação 1, 3, 5, 6, 7, 8

Adventícios 1, 5, 6, 7, 8

América 1, 3, 9, 10, 28, 30, 34, 40, 61, 62, 63, 64, 68, 69

Autoridade 3, 4, 5, 6, 8

### B

Brasil 4, 9, 10, 11, 12, 14, 18, 19, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 48, 49, 50, 52, 53, 59, 62, 64, 65, 69, 70, 71

### C

Colônia 14, 15, 28, 29, 31, 33, 35, 36, 37, 40, 41, 42

Colonial 1, 3, 9, 14, 15, 22, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 37, 38, 39, 40, 41, 42

Comércio 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 64, 65

Comunicação 43, 53, 54, 55, 58, 59

### D

Degredados 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 36, 37, 39, 40, 41, 42

Degredo 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42

### E

Escravas 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25

Espécies 61, 62, 63, 67, 68, 69

### F

Forasteiros 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9

### G

Governador 1, 5, 6, 7, 8, 9, 15, 23, 64

Grupo social 18, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 58

Guerra dos Emboabas 1, 3, 9, 10

### H

História 9, 12, 18, 21, 23, 24, 25, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 63, 65, 69, 71, 72

## **I**

Identidade 41, 43, 44, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 57, 58

Império 1, 3, 9, 21, 26, 27, 29, 37, 38, 40, 41, 42

Informação 33, 47, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 65

## **M**

Memória institucional 43, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60

Mulheres 11, 23, 24, 25, 34

## **N**

Naturalista 61, 62, 64, 65, 67, 69

Natureza 12, 49, 51, 61, 62, 68, 69, 71

Negras 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25

## **O**

Ordenações 26, 27, 28, 29, 30, 37, 38, 42

Organização 19, 22, 31, 43, 45, 46, 47, 50, 51, 53, 54, 55, 57, 58, 64

## **P**

Paisagem 61, 66, 68, 70

Patrimônio cultural 43, 44, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 60

Patrimônio histórico 43, 45, 48, 49, 50, 56, 57, 58, 59, 60

Paulistas 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10

Pequeno 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25

Plantas 61, 62, 63, 65, 66, 68, 70

Poder 1, 2, 3, 6, 7, 8, 18, 24, 35, 36, 37, 52, 53, 55, 64

Portugal 1, 3, 7, 9, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40

Punição 26, 27, 28, 30, 32, 34, 36, 37, 38, 40, 41, 42

## **R**

Romeiro 3, 6, 7, 8, 9, 10

## **S**

Social 1, 11, 12, 13, 14, 16, 18, 24, 26, 28, 30, 31, 34, 37, 39, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 57, 58, 59, 68, 70

Sociedade 9, 11, 12, 13, 14, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 27, 31, 34, 36, 40, 44, 45, 47, 48, 49, 51, 54, 55, 57, 58, 59, 66, 68

## T

Trabalho 11, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 39, 43, 45, 51, 52, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 67, 68

## V

Viagem 34, 39, 61, 62, 63, 65, 68, 69, 70

Viajantes 40, 41, 61, 62, 67, 68, 70

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)  
 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

# História:

*Tempo & Argumento 2*

  
Ano 2022

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)  
 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

# História:

*Tempo & Argumento 2*

  
Ano 2022